

A FORMAÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL COMO CAMPO CIENTÍFICO NO BRASIL

LA FORMACIÓN DE LA PSICOLOGÍA SOCIAL COMO CAMPO CIENTÍFICO EN BRASIL

THE FORMATION OF SOCIAL PSYCHOLOGY AS A SCIENTIFIC FIELD IN BRAZIL

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p526>

Ana Maria Jacó-Vilela, Filipe Degani-Carneiro e Dayse de Marie Oliveira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil

RESUMO

Este trabalho apresenta uma reflexão historiográfica sobre as condições e os processos que possibilitaram a emergência da Psicologia Social como uma disciplina ou campo de estudo/intervenção delimitado no Brasil. Aponta sua institucionalização no cenário brasileiro desde o denominado pensamento social, seguida de sua forma “interdisciplinar” (ou pré-disciplinar), até seu surgimento nas primeiras universidades nacionais, localizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde foi alocada nos Departamentos de Psicologia. Continua com as críticas estadunidenses e europeias dos anos 1960 em relação à sua relevância social. Encerra apresentando o sentido desta crítica no caso brasileiro e as respostas oferecidas a tal questão.

Palavras-chave: psicologia social; história da psicologia; história da ciência.

RESUMEN

Este trabajo presenta una reflexión historiográfica sobre las condiciones y procesos que posibilitaron la emergencia de la Psicología Social como una disciplina o campo de estudio/intervención delimitado en Brasil. Se señala su institucionalización en el escenario brasileiro desde el denominado pensamiento social, seguido de su forma “interdisciplinar” (o pre-disciplinar) hasta su surgimiento en las primeras universidades nacionales, localizadas en Rio de Janeiro y en São Paulo, donde fue ubicada en los Departamentos de Psicología. Se continúa con las críticas estadounidenses y europeas de los años ‘60 en relación a su relevancia social. Se concluye presentando el sentido de esta crítica y las respuestas ofrecidas a esta cuestión.

Palabras clave: psicología social; historia de la psicología; historia de la ciencia.

ABSTRACT

This work is a historiographic analysis of the conditions and processes that made possible the emergence of Social Psychology as a discipline or field of study /intervention in Brazil. It indicates how it was involved in the Brazilian context, starting from the so-called “social thought”, followed by an interdisciplinary form (or pre-disciplinary) until its emerging as a separate field in the Departments of Psychology of the first national universities situated in Rio de Janeiro and São Paulo. This article continues with a presentation of the critiques originated in the United States and Europe, on the social relevance of this discipline. Finally, it discusses the meaning of this critique and the different answers that were given to the Brazilian case.

Keywords: social psychology; history of psychology; history of science.

Introdução

Como indica Pierre Bourdieu (1976), o campo científico possui uma autonomia relativa. Ele é influenciado e delimitado não apenas pelas características próprias de seu fazer (qual seja, a produção de conhecimento), como também por suas lógicas de diferenciação interna, de disputas ideológicas (embora assumidas muitas vezes como disputas teórico-metodológicas), procura de prestígio e de poder no interior de suas estruturas institucionais. Isto obviamente só demonstra o quanto o campo científico está vinculado às condições sociais e econômicas de cada momento, estando mais próximo ou não dos detentores dos poderes econômico, político ou midiático. Como diz Gergen, falando especificamente sobre a psicologia social, o conhecimento científico é histórico (Gergen, 2008).

No contexto da sociedade brasileira, o campo científico apresenta as características específicas de uma sociedade periférica, onde se faz presente a influência de correntes de pensamento estrangeiras. Isto se verifica não apenas na apropriação de conceitos, mas também no papel que instituições estrangeiras possuem na formação de nossos pesquisadores e nas relações de poder associadas a relações privilegiadas com mestres-pensadores e centros de pesquisa dos países centrais (Sivasundaram, 2010). Igualmente importantes são os confrontos que se produzem entre diferentes correntes sobre a adequação de teorias produzidas em outros contextos sociais para a realidade social brasileira.

A seguir, destacaremos como estes componentes estão presentes no percurso histórico da psicologia social no Brasil. Enfocaremos inicialmente o processo de constituição do que podemos denominar de pensamento psicossocial desde o final do século XIX (em um momento interdisciplinar), introduzindo então sua entrada no momento de consolidação universitária da Psicologia Social, em meados do século XX, até a denominada crise de relevância da Psicologia Social. Encerramos apresentando de forma resumida as respostas oferecidas a partir dos anos de 1980.

Nossa escolha pelos autores e personagens citados a seguir decorre, em primeiro lugar, por termos priorizado os estados onde houve um desenvolvimento acadêmico mais acentuado da Psicologia Social no século XX (São Paulo e Rio de Janeiro), como mostra Elizabeth de Melo Bomfim em seu texto clássico (Bomfim, 2004). Escolhidos estes, foi questão de verificar na bibliografia existente (e.g., Bomfim, 2004; Sá, 2007) quais os personagens relevantes na

construção do ensino e da pesquisa em psicologia social.

Por outro lado, encerramos a investigação nos anos de 1980 porque a literatura (Bock, Ferreira, Gonçalves, & Furtado, 2007; Cruz & Stralen, 2012) indica uma grande transformação nos cursos de Psicologia (e no campo da Psicologia Social) a partir daquele momento.

A emergência do pensamento psicossocial nos trópicos: o contexto brasileiro

Durante a maior parte do século XIX, o Brasil teve o *status* político de regime monárquico, com uma configuração de valor hierárquica, totalizante, centrada nas diferenças de posição social, tal como expõe Dumont (1985). Esta hierarquia estava representada em seu topo pelo poder real, legitimado pela religião e sustentado pela figura do senhor rural, estando localizada em sua base a mais dramática representação das diferenças sociais — a escravidão. Se a historiografia nos conta inúmeros acontecimentos de relevo neste longo século, ressalte-se que já o primeiro, a chegada da corte portuguesa em 1808, produziu grandes alterações nos hábitos e costumes dos brasileiros de então. O que poderíamos chamar de “ideias psicológicas” naquele momento são as produções — principalmente do clero — sobre a alma, compreendida na teologia aristotélico-tomista como uma unidade entre corpo (animado) e alma (animante). Esta é, portanto, uma psicologia teológica que, se produz formulações que hoje entendemos como próprias à Psicologia, situa-se em tal momento como parte da racionalidade filosófica (Massimi, 1990).

No Brasil do século XIX, contudo, propósitos científicas nortearam a fundação e o funcionamento das instituições. A “Geração de 70” (denominação dada ao grupo responsável pela grande efervescência intelectual dos anos de 1870) havia se empenhado pela ciência. Esta significava progresso, evolução. O cientificismo oitocentista elevou a ciência à posição ocupada anteriormente pela cosmogonia e filosofia religiosas. São vários os projetos que então emergem, visando à construção de uma nação autônoma e desenvolvida. Para a referida construção, foram necessárias várias invenções.

A história desta nação foi construída pelos Institutos Históricos, que investigavam também o prisma da natureza em sua união com os institutos geográficos (o Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro, criado no Rio de Janeiro) e os museus naturais (criados no Rio de Janeiro e no Pará); das

regras da sociedade estarão sobretudo encarregadas as Faculdades de Direito, instaladas em Olinda e em São Paulo; e do homem propriamente dito — de suas capacidades e atributos, bem como de suas disfunções — deverão dar conta as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. É nelas, especialmente nesta última, que a psicologia científica irá aparecer, por meio do estudo dos trabalhos de Théodule Ribot (1839-1916), Pierre Janet (1859-1947) e do próprio Wilhelm Wundt (1832-1920) (Jacó-Vilela & Monteiro, 2005).

Se as produções acerca da alma vinham principalmente do clero, a nova ciência era uma construção dos médicos. Outrora normalmente filhos de grandes latifundiários que iam a Coimbra ou Montpellier estudar, agora são jovens advindos das nascentes camadas médias que realizavam sua formação nas faculdades recém-inauguradas no Brasil. Continuou forte, todavia, a influência francesa. Por meio desta, são imbuídos de “um bando de ideias novas” (Romero, 1926), quais sejam: o materialismo, o positivismo e o evolucionismo (mais que a seleção natural de Darwin, o evolucionismo social de Spencer). Assim, a busca do controle sobre as subjetividades e as ações humanas, até então restrita à pregação moral do clero, encontrou novo campo do saber: se o homem pouco se distingue dos outros animais, “os processos utilizados para o estudo biológico serviriam também para o estudo psicológico e sociológico” (Leite, 1969, p. 180).

Os médicos se dirigiam à transformação da cidade, mediante o sanitarismo, mas também a higiene, que deveria ser obtida não mais a partir do devaneio filosófico-religioso sobre aqueles a quem as normas de uma vida saudável e útil deviam ser aplicadas, mas pela investigação positiva e mensurável da concretude de suas vidas. Tratava-se, claro, de construir a nação. Porém, uma nação civilizada.

Quando recém-proclamada, a República — atravessada pela recente abolição da escravatura — se sustentava em um curioso imaginário social, prova cabal de que a hegemonia dos discursos se baseia menos na coerência lógica do que na força (material e simbólica) alcançada por sua enunciação: partilhamos uma sociedade contratual formada por cidadãos livres, iguais e fraternos, que, no entanto, fundamentam seus acordos na diferença hierárquica, principalmente racial (Carvalho, 1987; Russo, 1998). É uma época em que os males do Brasil são atribuídos tanto à presença do negro quanto — pior que tudo — à mestiçagem: em um amálgama de evolucionismo com a teoria da degenerescência de Benedict Morel (1809-1873), a preponderância do elemento mulato

na população era considerada o maior empecilho para que o país alcançasse o padrão civilizado das nações europeias. Os sangues branco e negro, enquanto puros, já eram hierarquicamente diferentes; mas o sangue branco, quando “contaminado” pelo negro, implicava a inferioridade do mestiço — inferioridade física, intelectual e moral transmissível à descendência e produtora de uma linha contínua de degradação. Pode-se afirmar, de forma análoga, que, para as elites política e intelectual brasileiras do final do século XIX, os descendentes da escravidão eram as nossas “massas”, perigosas como as estudadas por Le Bon (1895/1954), posto que foi na tentativa de compreendê-las/controlá-las que o pensamento psicossocial deu seus primeiros passos no país.

A transformação da diferença biológica em justificativa da desigualdade social permitiu a conclusão de que, com a população eminentemente negra e mestiça que habitava o Brasil, o objetivo de construir uma nação civilizada seria praticamente um sonho impossível. Esta é uma posição defendida por inúmeros autores, dentre os quais se destaca Raimundo de Nina Rodrigues (1862-1906), catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia e mentor da chamada Escola Baiana de Antropologia.

Todos os preconceitos moldados também por uma ciência estrangeira que apontava a inferioridade física e mental do negro borbulhavam nos debates políticos. Era necessário conhecer o negro, conhecer seu pensamento, conhecer suas crenças. Era preciso conhecer também a sua religião. Nina Rodrigues foi o primeiro a empreender tal tarefa, segundo Roger Bastide (1961), um dos cientistas sociais integrantes da chamada “missão francesa” que lecionou na Universidade de São Paulo (USP) nas décadas de 1930-40. Realizando uma etnografia das religiões afro-brasileiras — por isto, reconhecido por muitos como o primeiro antropólogo brasileiro — embebida do racismo científico de seu tempo, o olhar médico de Nina Rodrigues se interessou sobretudo pela possessão, centralizando todo o culto afro-brasileiro em torno de uma interpretação psiquiátrica destes fenômenos (Bastide, 1971; Franzen-Rodrigues, 2016).

Entretanto, são muitos os autores que estavam dedicados, naquele momento, à questão da “identidade nacional”, como a análise retrospectiva seminal de Dante Moreira Leite (1969) nos apresentou. Vamos, contudo, privilegiar Manoel Bomfim (1868-1932), médico sergipano radicado no Rio de Janeiro, tendo em vista o caráter contra-hegemônico de sua interpretação do “atraso” nacional: focalizada na história político-econômica ao invés de na biologia e na raça.

A atuação de Bomfim como intelectual de seu tempo se espalhou pelos campos disciplinares que hoje denominamos como Medicina, Educação, Psicologia, História, Antropologia. Em sua produção, esteve sempre presente o interesse pela formação da cultura brasileira e a importância da educação popular para o desenvolvimento do país. Este seu interesse fez com que se aproximasse da psicologia, entendida como uma das bases para o êxito do processo pedagógico.

Em *América Latina — males de origem*, Bomfim (1905/1993) denuncia a relação de *parasitismo social* que os países colonizadores desenvolveram em relação aos povos da América Latina e explicita o quanto danosa foi essa relação, quer para colonizados, quer para colonizadores — o colonizado-parasitado é expropriado daquilo que produz; o colonizador-parasita, por tudo tomar, nada produz. Na contramão do discurso anterior, Bomfim afirma a relevância da raça negra, embora, claramente herdeiro do movimento indigenista, atribua ao índio papel mais destacado na constituição da identidade nacional. Sem repudiar integralmente a ideia de uma degeneração moral, não a associa à miscigenação, mas ao parasitismo: o povo latino-americano se encontra inferiorizado por condições históricas, não por estigmas raciais. Neste sentido, também de forma original, aproxima o Brasil dos demais países latino-americanos, ao apontar a importância da herança comum na constituição do povo.

Já na Introdução de *Pensar e dizer — estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*, Bomfim (1923/2006) surpreende ao analisar a dinâmica psíquica como comportando o dado social, a história e o organismo. Entende, pois, haver uma multideterminação da *psyché* que a torna passível de uma contínua transformação, para a qual a linguagem (veículo e produto da socialização) é o mediador fundamental.

Esta exposição sintética de dois livros de Manuel Bomfim objetiva indicar a imersão do autor na vertente intelectual voltada à construção de uma “nação brasileira”. Os interesses pedagógicos de Bomfim são inseparáveis dessa perspectiva: a origem tríplice do brasileiro, ligada ao enfraquecimento gerado pelo parasitismo, só redundaria em uma identidade efetivamente nacional, a que todos estivessem amalgamados, mediante uma educação pública, em que a linguagem funcionasse como mediadora entre consciências.

Bomfim é, portanto, um dos muitos autores do início do século XX que buscaram construir a ideia de nação através da compreensão do que seja “o povo brasileiro”, provocando, contudo, uma ruptura com o pensamento de sua época, como bem analisa Leite

(1969). Neste sentido, o fato de ser quase totalmente desconhecido pela psicologia é, a nosso ver, revelador do pequeno interesse de nossa disciplina pelos estudos psicossociais, durante, ao menos, os primeiros dois terços do século XX.

A construção de uma psicologia social brasileira: o momento interdisciplinar

O lugar de Bomfim e de outros autores que discutem a identidade nacional representa uma posição que, usando com certa liberdade a noção contemporânea de “transdisciplinaridade”, poderíamos denominar “desespecializante”. Esta, no entanto, começou a não mais fazer sentido dos anos de 1930 em diante. A urbanização acelerada, a industrialização cada vez mais presente, a modernização de hábitos e costumes trouxeram consigo maior refinamento na divisão de trabalho, especializando-se também o labor intelectual. Neste processo, os médicos que, como Manoel Bomfim, eram até então “intelectuais orgânicos” de uma sociedade em transição e, como tal, falavam igualmente de Educação, de Política, de Psicologia e de Higiene, tornaram-se pouco a pouco mais “especialistas”.

Na medida em que o racismo científico foi sendo matizado, iniciando-se a fase do mito da “democracia racial”, em especial a partir do livro seminal de Gilberto Freyre (1933/2000), *Casa Grande & Senzala*, se desenvolveu um campo de estudos da realidade brasileira, atento às especificidades históricas da sociedade, no qual a psicologia se inseria numa perspectiva multidisciplinar. Um dos principais expoentes desta corrente foi Arthur Ramos (1903-1949), psiquiatra, psicanalista, psicólogo social e antropólogo alagoano que encarou as teses dos supostos “primitivismo” e “inferioridade” nacionais sob um ponto de vista culturalista (Silva, 1998). Ramos é o principal representante dessa fase “intermediária” do processo de constituição da psicologia social como disciplina diferenciada. Como seu mestre, Nina Rodrigues, dedicou-se a estudar os negros no Brasil, porém desde uma nova perspectiva:

Arthur Ramos desprende-se de todo e qualquer preconceito, quer de raça, quer de religião. Ensinou aos africanistas brasileiros o valor da objetividade científica. Também trouxe, sem dúvida, uma interpretação, efetuada através de teorias psicanalíticas; mas teve o grande cuidado de separar radicalmente a descrição dos fatos da interpretação que deles dá em seguida, à parte. (Bastide, 1961, p. 9)

Assim, para Arthur Ramos, a questão não era tanto a inferioridade racial. A psicanálise lhe permitia

novas análises, utilizando-a como “uma teoria da ‘civilização’ ou ‘educação’ individual; era consumida sobretudo pela via da oposição entre um ‘inconsciente’ mais ‘primitivo’ (com todas as ambiguidades desta palavra) e uma ‘consciência’ capaz de se educar, de se controlar (e eventualmente se autocontrolar) pela própria via dos novos recursos psicoterapêuticos colocados à disposição do processo civilizatório” (Duarte, 2000, p. 122). Ou seja, a cultura substitui o determinismo biológico. Entretanto, Bastide, que conviveu com ele e muito se nutriu de sua experiência, faz uma crítica ao seu trabalho, apontando o que deixa de fora:

O que se pode censurar nesta Psicologia não é seu princípio, a aplicação dos recursos da Psicanálise ao fenômeno de aculturação, mas ser uma Psicologia sem Sociologia. Uma vez que o inconsciente é modelado da mesma forma que o consciente pelas estruturas sociais, ele está condicionado pelo fenômeno social total no qual se inscreve e, aqui, esse fenômeno é o da dominação econômica e política de uma classe sobre a outra. (Bastide, 1971, p. 36)

Outra contribuição relevante de Arthur Ramos situa-se em relação à infância. Sabemos que no governo Vargas há um esforço em prol da educação da criança, identificada como “o homem de amanhã” e, conseqüentemente, “o futuro da nação”: ao redor dela se elabora, nos anos trinta, o projeto de reforma social do Brasil, centrado no tripé família, trabalho e educação (Bulcão, 2006).

Em 1934, Arthur Ramos foi nomeado por Anísio Teixeira, então diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais, chefe da Seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental (SOHM) da Divisão de Pesquisas Educacionais, cargo que ocupou até 1939. Na seção se inseriam os programas de higiene mental nas escolas e Ramos os complexificou, introduzindo interpretações psicossociais na discussão das causas dos problemas médico-psicológicos dos escolares ditos “difíceis” (Degani-Carneiro, F. & Jacó-Vilela, 2012). No livro que relata a experiência do SOHM, intitulado *A criança problema*, Ramos (1939/1954) considerou-o um grande campo de pesquisas, sempre comparativas e vinculadas ao exame de realidades sociais concretas, isto é: “Indagações sobre a vida extraclasse da criança, no sentido de estabelecer uma psicologia diferencial da criança da cidade e da criança das praias; da criança dos morros; dos níveis de vida e das condições ambientais da criança que mora em casa individual e casa coletiva; em apartamentos ou casa de cômodos; em avenidas, cortiços e favelas” (Ramos, 1936/2003, p. 240). É importante salientar o título do livro: em uma época que a criança “difícil” era considerada

“anormal”, havendo inclusive pavilhão específico para recebê-la no Hospício Nacional de Alienados, Ramos cria uma nova denominação e a explica: é uma criança problema pelas dificuldades que enfrenta no lar ou na escola.

Damos relevo a Arthur Ramos porque, pelo jogo de forças que caracteriza a ciência, ele se tornou um “precursor”. Seu curso de psicologia social, ministrado em 1935 na Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro e o livro daí resultante, publicado em 1936 sob o título *Introdução à Psicologia Social*, são, para muitos, o primeiro curso e o primeiro livro de psicologia social no Brasil. O que não é verdade factual, mas construção historiográfica. O primeiro livro é de Oliveira Viana (1883-1951), *Pequenos estudos de Psicologia Social*, de 1922. Outro médico, Raul Briquet (1887-1953) já havia ministrado, em 1933, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, curso com conteúdo de psicologia social que gerou livro intitulado *Psicologia Social*, publicado em 1935 (Bomfim, 2004). Primogenitura à parte, é relevante mencionar o fato de que *Psicologia Social* aparece como disciplina específica em duas instituições que se propõem pioneiramente à formação universitária. Estas faziam parte do movimento que via a educação como avalanche do progresso e da civilização, como temos apontado. Porém, não correspondiam ao projeto político do Estado Novo: a UDF foi fechada em 1939 (muitos cursos foram incorporados pela Universidade do Brasil) e parte da Escola Livre foi incorporada à USP em 1938.

A formação da psicologia social como disciplina

O processo de especialização do labor intelectual prosseguiu com a industrialização e a centralização administrativa do governo Vargas, e, já nos anos de 1940, encontramos uma geração que, se ainda é multidisciplinar em formação e inquietudes, é, também, por outro lado, mais especificamente *psicológica*. Trata-se do momento de consolidação das primeiras universidades brasileiras e, aqui sim, da constituição dos campos disciplinares. Não por acaso, os personagens que destacamos como exemplares desse período têm sua principal atuação na docência e na institucionalização da Psicologia: Eliezer Schneider (1916-1998) e Annita de Castilho e Marcondes Cabral (1911-1991).

Diferentemente de seus antecessores, Schneider não veio da Medicina, mas do Direito, e fez parte da primeira geração de brasileiros com instrução formal em Psicologia, realizada por meio de um mestrado

na Universidade de Iowa, nos EUA, o que lhe proporcionou uma vinculação com o behaviorismo. Sua produção intelectual decorreu, em grande medida, de suas atividades docentes, ou melhor, das diferentes matérias acadêmicas pelas quais foi responsável em vários momentos (Krüger, 2001). Sua relevância, a nosso ver, vem também daí, pois “a principal influência de Schneider se encontra, sem dúvida, na formação de toda uma geração de psicólogos sociais que, com ele, aprendemos a estender nosso olhar além do paradigma individualista que geralmente caracteriza a Psicologia” (Jacó-Vilela 2001). No caso específico do Rio de Janeiro, foi graças à sua atuação em diferentes cursos de Psicologia e na pós-graduação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas (ISOP/FGV) que a Psicologia Social manteve uma vertente interdisciplinar.

O mesmo ocorreu com Annita Cabral em São Paulo. Formada em Filosofia, também realizou seu mestrado nos EUA, mas sob a orientação do gestaltista Max Wertheimer. Na USP, foi assistente de Roger Bastide, com quem realizou sua tese de doutorado. Ocupando a cátedra de Psicologia que fora de Jean Maugué (1904 – 1990) e de Otto Klineberg (1899 – 1902), professores que estiveram na USP auxiliando na constituição da Filosofia e, depois, da Psicologia, Annita se caracterizou por um olhar múltiplo à Psicologia, presente, por exemplo, na tese de doutorado orientada por ela e já citada neste texto: *O Caráter Nacional Brasileiro*, defendida em 1954 por Dante Moreira Leite. Também orientou o doutorado de Carolina Bori, que gerou a tese *Experimentos de Interrupção de Tarefas e a Teoria de Motivação de Kurt Lewin*.

Foi pelo empenho de ambos, Schneider e Cabral, nas cátedras de psicologia da Universidade do Brasil e da USP, além do de muitos outros, atuantes nas instituições de prestação de serviços (como o ISOP e o Instituto Sedes Sapientiae), nas associações científicas (a Associação Brasileira de Psicotécnica, a Associação Paulista de Psicólogos, a Sociedade Paulista de Psicologia), que ocorreu a regulamentação da profissão de psicólogo e do curso de psicologia em 1962. No currículo mínimo que então se estabeleceu, encontrava-se a psicologia social dentre as matérias obrigatórias.

O especialismo, contudo, posto que constituído de forma processual e sutil, levou a que a psicologia social cada vez mais... se psicologizasse! Em termos macropolíticos, a influência crescente do modelo estadunidense de universidade – buscado pela intelectualidade brasileira desde os anos de 1930 (Bomeny, 2001) — possibilitou a predominância de

um caráter de neutralidade e afastamento da realidade social na formação dos novos psicólogos. Psicologia Social, a partir dos anos de 1960, pela sua hegemonia sobre corações e mentes, tornou-se a denominada psicologia social cognitivo-experimental, cujos princípios se situam no trabalho e no livro de F. Allport (1890-1978) intitulado *Social Psychology*, de 1924. Neste, Allport estabelece a relevância do experimento e da mensuração para o estudo da relação do indivíduo com outros indivíduos. Tais princípios foram relativizados por K. Lewin (1890-1947), que, mantendo a experimentação, inventou a pesquisa com grupos sociais e a pesquisa-ação. A morte prematura de Lewin levou a que sua obra fosse disseminada por seus discípulos dentro do viés estatístico-correlacional (Danziger, 2000), deixando de lado a contribuição do próprio Lewin.

Esta é a vertente que chega ao Brasil e cujas características são, segundo Krüger (1986), individualismo, experimentalismo, microteorização, etnocentrismo, utilitarismo, cognitivismo e a-historicismo. Observe-se que o autor se refere a tais características como sendo *da psicologia social*, indicando assim a hegemonia dessa corrente. Danziger (2000) também destaca o novo sentido que “social” passou a ocupar: com o privilégio dado à estatística, os experimentos utilizam amostras populacionais, começando uma abordagem mais estritamente objetiva e correlacional.

Não queremos com isto dizer que a psicologia social norte-americana não estava anteriormente presente no Brasil. Sim, estava, como a tese de Carolina Bori e o livro de Arthur Ramos apontam, como enfatizamos acima. Ao descrever seu curso de Psicologia (anos 60) e seus primeiros tempos como professor (anos 70), Sá (2007) cita como leituras tanto *Totem e tabu*, de Freud, os trabalhos no campo da “cultura e personalidade”, como os de Mead, Benedict e Kardiner, contribuições de ambos os lados da discussão “*nature vs nurture*”, incursões no domínio da “psicologia coletiva” e os ensaios sobre o “caráter nacional brasileiro” confrontados por Moreira Leite, além de livros de psicologia social como os de D. Krech, R. Crutchfield e E. Ballachey, de Solomon Asch, de Fritz Heider, de Leon Festinger e Daniel Katz (Sá, 2007, pp. 8-9). Assim, vemos que, embora presente, aquela psicologia social não era hegemônica, dividindo espaço com outras influências, como das ciências humanas e sociais. O que então sucedia é que aquele modelo de psicologia social ia se tornando dominante. Seu principal nome e difusor no Brasil é Aroldo Rodrigues. Formado na primeira turma de Psicologia da PUC-Rio, nela iniciou sua carreira acadêmica após fazer sua pós-

graduação nos Estados Unidos. Entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1980, constituiu-se como um poderoso personagem da psicologia social, da qual afirmava a neutralidade e o apoliticismo.

Por que o prestígio de Rodrigues? Ousamos levantar algumas hipóteses. Em primeiro lugar, em termos político-culturais, o fato de ser formado nos EUA e trazer a psicologia social que lá se fazia, em um momento no qual a ditadura militar recém-instaurada fortalecia sob todas as formas sua aliança com aquele país. Por outro lado, é importante ressaltar o próprio personagem: Rodrigues era formado em psicologia (nossos primeiros personagens, como Schneider e Cabral, não eram), e com pós-graduação em Psicologia Social; realizava pesquisas empíricas e a divulgava em revistas, as poucas brasileiras e as americanas, o que não era prática de nossos acadêmicos, mais acostumados com investigações bibliográficas e estilo ensaístico. Com isto, tornou-se conhecido no país, recebendo convite da Universidade Gama Filho para reformular seu curso de Mestrado em Psicologia, o que fez restringindo-o à psicologia social cognitivo-experimental, ou seja, aglutinou professores e formou novos professores nesta abordagem. Suas publicações e participações em eventos – prática que os brasileiros ainda não estavam habituados - também possibilitaram seu reconhecimento fora do país, o que lhe facultou ser um dos primeiros presidentes da Associação Latino-americana de Psicologia Social (ALAPSO). É deste período o relato de Moscovici e Marková (2006) que bem caracteriza sua visão de neutralidade da ciência: houve uma solicitação à ALAPSO para que oferecesse apoio a dois psicólogos sociais chilenos que tiveram que se exilar após o golpe de Pinochet em 1973. Em carta de janeiro de 1974 que os autores reproduzem, Rodrigues diz: “Zúniga and García-Bouza have chosen to leave Latin América ... are still welcome in the Association”. Complementam os autores:

Clearly, Zúniga and Garcia-Bouza had ‘chosen’ to leave Latin América for political reasons. Although the adherence of the Brazilian social psychologist to the alleged dogma of separation of science and society still serves as a topic for specialists discussing the political role of scientists, his message came at a bad time. (Moscovici & Marková, 2006, p. 197)

Rodrigues tornou-se o símbolo da perspectiva cognitivo-experimental desenvolvida nos EUA. Com as dificuldades de acesso à informação daquela época, era pouco conhecida, entre professores e estudantes brasileiros, a autocrítica estadunidense e europeia àquela psicologia social, bem como o desenvolvimento de novos tipos de trabalhos. No Brasil, Rodrigues representava tudo aquilo que se começou a questionar

nos anos 1970. Era a “crise da relevância da psicologia social” chegando a nós.

A crise da psicologia social e seus desdobramentos

A partir dos anos de 1960, a hegemonia da psicologia social cognitivista produziu efeitos, em psicólogos sociais norte-americanos, que foram inicialmente agrupados sob o rótulo de “crise de relevância da psicologia social”.

A que se refere esta crise? Que relevância e de que psicologia social se fala? As críticas formuladas se dirigiam tanto à metodologia da psicologia social quanto às formas de teorização anteriormente utilizadas. Em relação à metodologia, Harré e Secord (1976) apontam que a situação experimental, na verdade uma relação entre pessoas, possui regras próprias deste convívio. Isto implica considerar os indivíduos envolvidos como portadores de uma série de expectativas que deveriam ser levadas em conta na análise dos resultados obtidos. Avaliam os autores, além disto, que a artificialidade da situação experimental impossibilita algumas respostas enquanto facilita (ou mesmo promove) outras tantas. Da mesma forma, a necessidade de controle de todas as variáveis possivelmente intervenientes, tais como sexo¹, idade, nível sócio-econômico, escolaridade, cor etc, implicava que os resultados não poderiam ser generalizados – como o eram, sendo então postulados como universais – pois diziam respeito a um grupo específico da população. Simultaneamente, a necessidade de clarificação dos conceitos através de definições que possibilitassem observação e mensuração — as “definições operacionais” — instaurava comumente grande disparidade entre os sentidos expressos por tais conceitos e aqueles que poderiam ser apropriados a uma situação real. Ademais, como Danziger (2000) assinalou, a ênfase no uso da estatística para assegurar a fidedignidade dos resultados causava estranheza por subsumir a subjetividade à quantificação.

No tocante à orientação teórica, críticas se dirigiam à ausência de um paradigma unitário, detectando-se a presença concomitante de diversas teorias oriundas da Psicologia das quais derivavam um número acentuado de microteorias, sem, contudo, haver uma (ou mais) teorias especificamente psicossociais. De crucial importância, todavia, são aquelas análises que detectavam que os pressupostos implícitos e o tipo de categorização utilizada envolviam a manutenção do *status quo* tanto na estrutura da teoria quanto na da sociedade (Jacó-Vilela 1999).

É neste contexto que outros temas e abordagens surgiram, como o estudo de minorias e a teoria das representações sociais (Moscovici, 1970), a identidade social (Tajfel, 1981), as minorias ativas (Moscovici & Faucheux, 1972), o construcionismo social (a partir do famoso artigo *Social Psychology as History*, publicado originalmente em 1973 por Kenneth Gergen).

No caso brasileiro, porém, a apropriação das ideias europeias e norte-americanas normalmente ocorre com um descompasso de tempo e a partir de uma tradução — afinal, são *ideias fora do lugar* (Schwarz, 1977) — que as faz ter especificidades próprias. A chamada crise da psicologia social, deflagrada nos departamentos de psicologia estadunidenses e europeus, aconteceu de forma particular no Brasil, bem como no restante da América Latina. Deuse, então, o que foi sumarizado anos depois por Sivasundaram (2010): *New global histories of science will be characterized by critical reflection on the limits of generalization, as well as a creative adoption of new sources, methods and chronologies, in an attempt to decenter the European history of science* (p. 95).

No âmbito acadêmico, esta crise se expressou em um confronto de visões sobre o objeto, as teorias e o método que deveriam estar associados ao trabalho do psicólogo, entendendo que estes estavam (ou não) perpassados por valores. Para grande parte dos professores, certas teorias representavam um estreitamento da mirada, do encurtamento das perspectivas, da redução da perspectiva humana ao fato psíquico interno, isolado do mundo. Tudo isto parecia gerar um território “psi” que, se era conveniente e satisfatório para alguns, era sufocante para muitos outros. Sua sedução, sem dúvida, refletia o espaço de oásis que oferecia durante a ditadura militar (1964 – 1985)², período de ampliação exponencial de cursos de psicologia³ então existentes. Entretanto, as limitações internas de tais teorias e seu desencontro com os valores que orientavam outros psicólogos propiciaram que surgissem movimentos visando responder às insatisfações vigentes.

Podemos compreender o problema que então se colocava sob a forma de uma pergunta que calava fundo nos psicólogos dos anos de 1980 e, entendemos, permanece nos psicólogos de hoje: como o psicólogo pode atuar de forma consciente e crítica em um país com as desigualdades sociais presentes no Brasil? O que faz o psicólogo comprometido com a transformação social?

Por outro lado, é uma contingência não fortuita o fato de ser *a partir da psicologia social* que – para se apropriar de expressões caras ao campo da Nova

História — novos problemas, novos objetos, novas abordagens e métodos foram construídos naquele momento de crise.

O problema principal, como mencionamos acima, é a relevância social, com uma importante mudança em relação à proposição estadunidense: no caso brasileiro, não se encontra referida a uma crítica teórico-metodológica, mas à aplicabilidade da psicologia às questões sociais candentes do país. Esta é uma nova tomada de posição que aparece, inclusive, na perspectiva cognitivo-experimental: seguindo a linha traçada por Varela (1974), de buscar uma “tecnologia social”, Rodrigues publicou, em 1981, o livro *Aplicações da Psicologia Social*.

No entanto, a questão da relevância assume outros contornos, na medida em que são profissionais e professores com diferentes experiências que se aglutinam na construção de propostas. Encontramos assim católicos que atuam em comunidades de base e se filiam à Teologia da Libertação; antigos auxiliares e entusiastas da Educação Popular, de Paulo Freire; marxistas de orientações variadas (Andery, 2007; Bock, Ferreira, Gonçalves, & Furtado, 2007). Desta maneira, a multiplicidade do cotidiano tornou-se “de interesse” da psicologia. As pesquisas que então começaram a ocorrer, e as práticas que se difundiam, constituíam novos objetos, não mais a psicologia “aplicada” a estabelecimentos, situados em determinados espaços físicos — a clínica, a indústria, a escola —, mas aquela voltada para as situações concretas da vida e produtora de novos conhecimentos: a criança em situação de rua ou em conflito com a lei, as relações de gênero, a conjugabilidade, a saúde mental, a saúde do trabalhador, a sexualidade e, mais recentemente, as relações étnico-raciais.

Por outro lado, para que tais concretudes pudessem ser melhor compreendidas, as abordagens tradicionais da psicologia, baseadas no paradigma da ciência natural e supondo isenção e neutralidade, não eram mais suficientes. Foi necessário seu abandono ou deixar entre parênteses o olhar especialista, e dedicar-se à “caixa de ferramentas” das ciências irmãs. Importante aqui foi a (re-)aproximação às Ciências Sociais, no caso de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nesta cidade e em Belo Horizonte, também se desenvolveu o institucionalismo. Além disto, os autores latinos, como Martin-Baró (1943 – 1989) com sua Psicologia da Libertação, e Fals Borda (1925 – 2008), com suas propostas de investigação qualitativa, até então desconhecidos entre nós, começaram a ser estudados.

Com os primeiros cursos de pós-graduação, ocorreu também um incentivo à pesquisa e à produção

teórica, e é importante notar que tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo há programas de psicologia social desde o início destes, nos anos de 1960 e 1970. Silvia Lane (1933-2006) estabeleceu os fundamentos do que virá a ser conhecido como a “escola sócio-histórica” da PUC-SP (Bock, Ferreira, Gonçalves, & Furtado, 2007; Lane & Codo, 1984). Ângela Arruda, Celso Sá e outros trouxeram as teorias europeias, notadamente as Representações Sociais (Jodelet, 2005). A partir da presença de George Lapassade em Minas, e de Osvaldo Saidón e Gregório Barembliit no Rio de Janeiro, desenvolveu-se a análise institucional (Rodrigues, 1997).

Também ocorreram mudanças na metodologia: entrevista, observação participante, história de vida, história oral, pesquisa intervenção, propiciam um trabalho profícuo, tanto no sentido de novas produções teóricas quanto, principalmente, na proposição de mudanças na realidade social.

Vários foram os encaminhamentos do período, cujos frutos se fazem presentes até hoje. Um dos mais relevantes, sem dúvida, foi a fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), em 1980. Hoje com expressão nacional, a ABRAPSO reúne pesquisadores, profissionais e estudantes, além de militantes de movimentos sociais, e publica, desde 1986, a revista *Psicologia & Sociedade* (Cruz & Van Stralen, 2012).

Se, nestes últimos parágrafos, explicitamos novos caminhos na psicologia *tout court*, isto decorre de nossa premissa de que foi através da perspectiva psicossocial que a psicologia brasileira obteve uma nova feição. Desde a caracterização do problema, nos idos de 1970 — a relevância social —, às diferentes respostas, o que vemos é a substituição da “aplicação” de teorias pela importância da “prática”, que se pretende uma junção de compromisso ideológico-político com um arcabouço teórico-metodológico consistente.

Considerações finais

Vimos, portanto, que, da mesma forma como ocorreu nos países centrais, o “social” da psicologia social que se desenvolveu no Brasil teve várias definições ao longo do tempo: a questão racial; os problemas sociais como o da “criança problema”; o indivíduo respondendo aos estímulos; as questões do cotidiano. Entendemos que hoje muitos destes sentidos estão presentes, sem que seja perceptível uma hegemonia de algum deles. Como nos diz a epistemologia e a história da ciência, o objeto empírico é construído pelas teorizações a seu respeito. Assim,

criminalidade, adoção, configurações familiares ou mesmo sucesso profissional, nas relações amorosas, estar “bem” consigo mesmo, podem ser entendidos por métodos, técnicas e abordagens diversas e construídos por práticas psicológicas também de enorme variedade.

O desenvolvimento da psicologia social no Brasil, como campo científico diferenciado, esteve e continua permeado por influências intelectuais vindas do estrangeiro. Na medida em que o campo obteve maior institucionalização, os conflitos internos, que refletiam tanto influências teóricas como visões diferentes do papel da psicologia e do psicólogo na sociedade, foram gerando conflitos no interior dos departamentos de psicologia sobre a orientação a ser dada à disciplina. Alguns permitiram a convivência, outros levaram à separação.

Observe-se também que a psicologia social no Brasil, fora um período mínimo inicial em que esteve na Escola Livre de Sociologia e Política, manteve-se inserida institucionalmente no campo da psicologia. Encontra-se presente tanto em programas de pós-graduação de psicologia sob diversas nomenclaturas, como no interior de departamentos de psicologia que incluem disciplinas que tratam de abordagens ou associados a ela.

Vivemos hoje sob o signo da efervescência da psicologia cognitiva, da psicobiologia, do estudo do cérebro, das localizações cerebrais. Entender o homem como sujeito da cultura é a contribuição que a psicologia social oferece à psicologia, permitindo-lhe historicizar seu campo e suas práticas, compreender a história daqueles que a procuram e, principalmente, entender que a diversidade — teórica, metodológica, prática — é uma de suas principais marcas (Sá, 2007).

Notas

- ¹ Na época pouco se falava de gênero.
- ² A ditadura militar produziu efeitos políticos, sociais, culturais, tecnológicos e também psíquicos. Atribuiu-se à modernização tecnológica e à urbanização — que tiveram grande incremento durante o regime militar — uma “psicologização” da sociedade, isto é, uma busca de explicações psicológicas para as questões da vida cotidiana (Figueira, 1981; Russo, 1994). Um importante texto de Gilberto Velho (1978/1987) analisa como a família era responsabilizada, nos anos de 1970, pela produção de filhos desajustados, como os drogados e os subversivos. Se não era comum encontrar nas universidades apoio ao regime militar, seguramente o clima de perseguição (nas universidades havia inclusive um “gabinete” do Serviço Nacional de Inteligência - SNI, encarregado da vigilância ideológica de professores e estudantes) levava a que muitos optassem, conscientemente ou não, por uma atuação “neutra”.

³ Até 1963, existiam 9 cursos de Psicologia no Brasil, sendo 6 em instituições confessionais católicas e 3 em instituições públicas. De 1964 até 1979 foram criados outros 63 cursos, sendo 14 em instituições confessionais (católicas e protestantes), 22 em instituições públicas e 27 em instituições privadas. Fonte: INEP.

Referências

- Andery, A. A. (2007). Liderança política e intelectual. *Psicologia & Sociedade*, 19(n. spe. 2), 28-29. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000500013>
- Bastide, R. (1961). *O candomblé da Bahia: rito Nagô*. São Paulo: Editora Nacional.
- Bastide, R. (1971). *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações*. São Paulo: Pioneira/EdUSP.
- Bock, A. M. B., Ferreira, M. R., Gonçalves, M. G. M., & Furtado, O. (2007). Sílvia Lane e o projeto do “Compromisso Social da Psicologia”. *Psicologia & Sociedade*, 19(n. spe. 2), 46-56. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000500018>
- Bomeny, H. (2001). *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bomfim, M. (1993). *América Latina – males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks. (Original publicado em 1905)
- Bomfim, E. (2004). Históricos cursos de Psicologia Social no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 32-36. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822004000200005>
- Bomfim, M. (2006). *Pensar e dizer – estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Casa do Psicólogo. (Original publicado em 1923)
- Bourdieu, P. (1976). Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2(2), 88-104.
- Bulcão, I. (2006). *Investigando as políticas de assistência e proteção à infância. Psicologia e ações do Estado*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Carvalho, J. M. (1987). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Coimbra, C. (2001). *Operação Rio – o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Cruz, R. N & Van Stralen, C. J. (2012). A produção do conhecimento na psicologia social brasileira: um estudo descritivo a partir da revista *Psicologia & Sociedade*, 1986-1992. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 227-239. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000100025>
- Danziger, K. (2000). Making Social Psychology Experimental: a conceptual history, 1920–1970. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 36(4), 329–347.
- Degani-Carneiro, F. & Jacó-Vilela, A. M. (2012). O cuidado com a infância e a autonomização da Psicologia no Brasil. *Revista Interamericana de Psicologia*, 46(1), 159-170.
- Duarte, L. F. D. (2000). Dois regimes históricos das relações da Antropologia com a Psicanálise no Brasil: um estudo de regulação moral da Pessoa. In P. Amarante (Org.), *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade* (pp. 107-139). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Dumont, L. (1985). *O individualismo: uma perspectiva antropológica da sociedade moderna*. São Paulo: Rocco.
- Figueira, S. (1981). *O contexto social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Franzen-Rodrigues, M. (2016). *Na beira do abismo: o encontro entre mística, loucura e possessão na obra de Roger Bastide*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Freyre, G. (2000). *Casa Grande & Senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. São Paulo: Global Editora. (Original publicado em 1933)
- Gergen, K. J. (2008). A psicologia social como história. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 475-484. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000300018>
- Guimarães, A. P. (1982). *As classes perigosas*. Rio de Janeiro: Graal.
- Harré, E. & Secord, P.F. (1976). Experimentation in Psychology. In L. H. Strickland, F. E. Aboud, & K. J. Gergen (Eds.), *Social Psychology in transition* (pp. 51-67). New York: Lenon Plenum Press.
- Jacó-Vilela, A. M. (1999). Eliezer Schneider: um esboço biográfico. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 4(2), 331-350. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200009>
- Jacó-Vilela, A. M. (2001). Eliezer Schneider – o afeto como método. In A. M. Jacó-Vilela (Org.) *Eliezer Schneider*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Jacó-Vilela, A. M. & Monteiro, D. B. R. (2005). Ribot e a concretude da experiência na psicologia francesa. In T. Ribot. *A lógica dos sentimentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Jodelet, D. (2005). Vinte anos da teoria das representações sociais no Brasil. In D. C. Oliveira & P. H. F. Campos (Orgs.), *Representações sociais, uma teoria sem fronteiras*. (pp. 11-21). Rio de Janeiro: Editora Museu da República.
- Krüger, H. R. (1986). *Introdução à Psicologia Social*. São Paulo: E.P.U.
- Krüger, H. R. (2001). Eliezer Schneider e a Psicologia Social no Rio de Janeiro. In A. M. Jacó-Vilela (Org.), *Eliezer Schneider* (pp. 49-74). Rio de Janeiro: Imago.
- Lane, S. T. M. & Codo, W. (1984). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Le Bon, G. (1954). *Psicologia das multidões*. Rio de Janeiro: F. Briguet & Eds. Lipsky (Original publicado em 1895).
- Leite, D. M. (1969). *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira.
- Massimi, M. (1990). *História da Psicologia brasileira: da época colonial até 1930*. São Paulo: Edusp.
- Moscovici, S. (1970). Preface. In D. Jodelet, J. Viet, & P. Bernard (Orgs.), *La psychologie sociale: une discipline en mouvement* (pp. 13-64). Paris: Monton.
- Moscovici, S. & Faucheux, C. (1972). Social influence, conformity bias and the study of active minorities. In L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology* (pp. 150-202). New York: Academic Press.
- Moscovici, S. & Marková, I. (2006). *The making of modern social psychology: the hidden story of how an international social science was created*. Cambridge: Polity Press.
- Ramos, A. (1954). *A criança problema: a higiene mental na escola primária* (4ª ed. rev.). Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil. (Original publicado em 1939)
- Ramos, A. (2003). *Introdução à Psicologia Social*. São Paulo: Casa do Psicólogo; Florianópolis: Ed. UFSC. (Original publicado em 1936)

- Rodrigues, A. (1981). *Aplicações da Psicologia Social: à escola, à clínica, às organizações, à ação comunitária*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rodrigues, H. B. C. (1997). O acrobata e o contrabandista: história caleidoscópica de contribuições ainda atuais de Lapassade e Guattari para uma psicossociologia crítica. *Cadernos IPUB*, 7, 40-88.
- Romero, S. (1926). Explicações indispensáveis. Prefácio a vários escritos de Tobias Barreto de Menezes. In T. Barreto, *Obras Completas* (Vol. X, pp. XXVI). Rio de Janeiro: Pongetti. (Original publicado em 1900)
- Russo, J. A. (1994). *O corpo contra a palavra*. Rio de Janeiro: Edufrj.
- Russo, J. A. (1998). Raça, psiquiatria e medicina legal: notas sobre a “pré-história” da psicanálise no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, 4(9), 85-102.
- Sá, C. P. (2007). Sobre a Psicologia Social no Brasil: entre memórias históricas e pessoais. *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 7-13. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000300002>
- Schwarz, R. (1977). As ideias fora do lugar. In *Ao vencedor as batatas* (pp. 11-31). São Paulo: Duas Cidades.
- Silva, A. S. R. (1998). *Cuidando do futuro do Brasil: infância, educação e higiene mental na obra de Arthur Ramos*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psiquiatria e Saúde Mental, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Sivasundaram, S. (2010). Focus: Global histories of science. *Isis*, 101(1), 95-97.
- Tajfel, J. C. (1981). *Human groups and social categories*. New York: Cambridge University Press.
- Varela, J. (1974). *Soluções psicológicas para problemas sociais*. São Paulo: Cultrix/EDUSP.
- Velho, G. (1987). Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea. In *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea* (pp. 59-68). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Agradecimentos

Às agências de fomento: CNPq - Processo 310597/2014-5; CAPES - Processo 23038.005309/2014-78 e Edital 03/2016; FAPERJ - Processos E-26/201.159/2014; E-26/200.021/2015; E-26/200.685/2014; E-26/010.002624/2014; E-26/111.186/2014.

Submissão em: 16/05/2016

Revisão em 18/07/2016

Aceite em: 25/07/2016

Ana Maria Jacó-Vilela é docente do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Coordena o Laboratório de História e Memória da Psicologia - Clio-Psyché/UERJ. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1D. Endereço: Rua Dona Mariana, 72/508, CEP 22280-020, Botafogo. Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: jaco.ana@gmail.com

Filipe Degani-Carneiro é doutorando do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UERJ. Professor do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). E-mail: filipe.degani@gmail.com

Dayse de Marie Oliveira é doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: dayse_marie@yahoo.com.br